Artigo Dossiê - Centenário de Milton Santos (2026)

Circuitos da economia urbana em São Luís (MA): contribuições da teoria de Milton Santos para a análise da situação alimentar

Urban economy circuits in São Luís (MA): contributions of Milton Santos' theory to the analysis of the food situation

Circuits de l'économie urbaine à São Luís (MA): contributions de la théorie de Milton Santos à l'analyse de la situation alimentaire

LIVIA CANGIANO ANTIPON
Universidade de São Paulo (USP)

Recebido em: 12/03/2026.
Aprovado em: 06/05/2026.
Editoras responsáveis: Mónica Arroyo, Denise Elias e Grace B. Alves

Como citar (ABNT)
ANTIPON, Livia Cangiano. Circuitos da economia urbana em São Luís (MA): contribuições da teoria de Milton Santos para a análise da situação alimentar. Revista da ANPEGE, [S. l.], v. 22, n. 47, e21283, 2026. DOI: 10.5418/ra2026.v22i47.21283. Disponível em: https://ojs.ufgd.edu.br/anpege/article/view/21283. Acesso em: XX mês abreviado 20XX.

Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional CC BY – permite que outros distribuam, remixem, adaptem e criem a partir do seu trabalho, mesmo para fins comerciais, desde que lhe atribuam o devido crédito pela criação original.

A Revista da ANPEGE não se responsabiliza por opiniões, ideias e conceitos emitidos pelos autores dos textos, assim como por conflitos de interesse entre autores, financiadores, patrocinadores e outros eventualmente envolvidos e/ou citados nos textos. Os autores asseguram que atendem as políticas editoriais e que o artigo não viola direitos autorais e que não há plágio no trabalho, responsabilizando-se pela utilização de fotos, imagens, remissões e traduções, entre outros materiais.

RESUMO: Analisamos a situação alimentar urbana em São Luís (MA) a partir da teoria dos dois circuitos da economia urbana formulada por Milton Santos. Inserido no dossiê sobre o centenário do geógrafo, este artigo revisita suas categorias analíticas para compreender as desigualdades que estruturam o abastecimento alimentar nas cidades brasileiras. Metodologicamente, articulamos revisão de literatura, dados socioeconômicos e trabalho de campo. Demonstramos que a situação alimentar de São Luís se organiza pela coexistência de dois circuitos interdependentes: o circuito superior – com destaque para a expansão do varejista Grupo Mateus – e o circuito inferior, formado por mercados populares, feiras, pequenos estabelecimentos familiares e vendedores ambulantes. Este último desempenha papel central na garantia da alimentação cotidiana da população trabalhadora, sobretudo negra e empobrecida, por meio de estratégias como venda fracionada, fiado e redes de proximidade. Argumentamos que a fome e a desigualdade no acesso aos alimentos estão diretamente relacionadas aos usos contraditórios do território brasileiro. Assim, evidenciamos a atualidade do pensamento de Milton Santos para interpretar as contradições da urbanização brasileira e compreender a relação entre pobreza, mercado popular e alimentação nas metrópoles periféricas.

Palavras-chave: Teoria dos dois circuitos da economia urbana; Fome; São Luís; Situação alimentar urbana; Milton Santos.

ABSTRACT: We analyzed the urban food situation in São Luís (MA) based on the theory of the two circuits of the urban economy formulated by Milton Santos. As part of a dossier marking the centenary of the geographer, we revisit his analytical categories to understand the inequalities that structure food supply in Brazilian cities. Methodologically, we combine a literature review, socioeconomic data, and fieldwork. We demonstrate that the food situation in São Luís is organized through the coexistence of two interdependent circuits: the upper circuit – notably marked by the expansion of the retail company Grupo Mateus – and the lower circuit, composed of popular markets, street fairs, small family-run establishments, and street vendors. The latter plays a central role in ensuring the daily food access of the

working population, especially Black and impoverished communities, through strategies such as selling in small portions, informal credit, and proximity-based networks. We argue that hunger and inequality in access to food are directly related to the contradictory uses of Brazilian territory. Thus, we highlight the continuing relevance of Milton Santos's thought for interpreting the contradictions of Brazilian urbanization and for understanding the relationship between poverty, popular markets, and food access in peripheral metropolises.

Keywords: Theory of the two circuits of the urban economy; Hunger, São Luís; Urban food situation; Milton Santos.

RÉSUMÉ: Nous avons analysé la situation alimentaire urbaine à São Luís (MA) à partir de la théorie des deux circuits de l'économie urbaine formulée par Milton Santos. Inscrit dans le dossier consacré au centenaire du géographe, cet article revisite ses catégories analytiques afin de comprendre les inégalités qui structurent l'approvisionnement alimentaire dans les villes brésiliennes. Méthodologiquement, nous articulons revue de la littérature, données socioéconomiques et travail de terrain. Nous montrons que la situation alimentaire de São Luís s'organise autour de la coexistence de deux circuits interdépendants : le circuit supérieur – marqué par l'expansion du groupe de distribution Mateus – et le circuit inférieur, composé de marchés populaires, de foires, de petits établissements familiaux et de vendeurs ambulants. Ce dernier joue un rôle central dans la garantie de l'alimentation quotidienne de la population travailleuse, en particulier noire et appauvrie, à travers des stratégies telles que la vente fractionnée, le crédit informel et les réseaux de proximité. Nous soutenons que la faim et les inégalités d'accès à l'alimentation sont directement liées aux usages contradictoires du territoire brésilien. Ainsi, nous mettons en évidence l'actualité de la pensée de Milton Santos pour interpréter les contradictions de l'urbanisation brésilienne et pour comprendre la relation entre pauvreté, marché populaire et alimentation dans les métropoles périphériques.

Mots-clés: Théorie des deux circuits de l'économie urbaine; faim; São Luís; Situation alimentaire urbaine; Milton Santos.

Introdução

> Nesta longa e paciente pesquisa fui favorecido pelo fato de pertencer ao Terceiro Mundo e de ter percorrido vários países da América Latina e da África, e ter falado com muitos homens do Terceiro Mundo, tanto os teóricos quanto os que tem a pesada tarefa de enfrentar o concreto. (Santos, 1979, p. 12)

O presente artigo integra o dossiê "Centenário de Milton Santos (2026)", um convite para que pesquisadores revisitem a obra do geógrafo brasileiro, explorando a atualidade de suas categorias analíticas diante das transformações contemporâneas. Tal revisão teórica evidencia a potência de seu pensamento para interpretar as desigualdades que marcam a formação socioespacial (Santos, 1977) brasileira, sobretudo no que diz respeito às dinâmicas da pobreza urbana. Em toda a sua carreira, o intelectual se guiou por um amplo interesse em compreender as realidades urbanas dos chamados países do "Terceiro Mundo", investigando as especificidades da urbanização dessas formações socioespaciais periféricas (Santos, 1959; 1975; 1978a; 1978b; 1979; 1980; 1981; 1990; 1993; 1994).

Obras como *O Espaço Dividido: Os Dois Circuitos da Economia Urbana dos Países Subdesenvolvidos* (1979)[1] tornaram-se centrais nesse esforço interpretativo ao propor uma leitura sistemática das cidades "terceiro-mundistas", destacando as particularidades de sua economia urbana e os mecanismos de reprodução da pobreza que nelas se consolidam. Santos interessava-se pelas formas espaciais da urbanização associadas aos seus processos econômicos e sociais. Assim, uma de suas principais contribuições, a teoria dos *dois circuitos da economia urbana*, é desenvolvida para explicar a organização econômica das cidades na periferia do capitalismo.

A preocupação com a questão alimentar, os mercados e suas formas populares de organização teve destaque na agenda de pesquisa do autor, que demonstrou interesse particular por mercados urbanos e práticas cotidianas de abastecimento. Isso fica evidente nas análises sobre mercados africanos, entre eles o mercado de Kariakoo, em Dar es Salaam, na Tanzânia (Santos, 1978b). Santos (1969) também pontuou a importância de investigar a questão alimentar como dimensão fundamental da análise regional e urbana. Na apresentação de uma das edições de *Geografia da Fome*, de Josué de Castro (2008 [1946], p. 30), o autor ressaltou que enfrentar a temática da fome como fez Castro, atribuindo ao fenômeno o caráter social, "constitui um marco histórico e político do qual devem se orgulhar a Geografia e a intelectualidade brasileiras".

É nessa perspectiva que se insere a presente investigação. Nas últimas décadas, esse arcabouço teórico tem sido amplamente retomado e atualizado por pesquisadoras e pesquisadores do Brasil (Silveira, 2004; Arroyo, 2008; Cataia; Silva, 2013; Montenegro, 2014; 2022; Alves, 2016; Montenegro; Contel, 2017; Santos, 2017; 2026; Alves; Silva, 2020; Spósito, 2023; Tozi, 2024; Antipon, 2024; Santos; Antipon, 2026, entre outros), à luz das transformações contemporâneas do capitalismo mundial, como a financeirização, a difusão das tecnologias informacionais, a crescente plataformização das atividades econômicas, a reorganização dos circuitos em países centrais e as questões raciais. Essas contribuições demonstram a atualidade das categorias propostas por Milton Santos para compreender os novos arranjos espaciais da economia urbana e, consequentemente, as sociedades contemporâneas.

[1] Originalmente publicado na versão francesa (Santos, 1975).

Partindo da operacionalização e atualização da teoria dos dois circuitos da economia urbana, buscamos analisar a situação alimentar[2] de São Luís[3] (Antipon, 2024), capital do Maranhão. Em uma formação socioespacial marcada por altos índices de fome, a análise do desigual mercado urbano de alimentos revela a articulação entre grandes redes varejistas, estruturas logísticas e financeiras – representativas do circuito superior – e uma ampla rede de pequenos estabelecimentos, vendedores ambulantes, mercados populares e atividades familiares que compõem o circuito inferior da economia urbana.

Oriundo de pesquisa desenvolvida entre 2018 e 2024, este artigo resulta de uma tese de doutorado[4] e articula uma ampla revisão bibliográfica ancorada nas obras de Milton Santos, abordando temas como fome, alimentação, processo urbano em São Luís, teorias raciais críticas e economia urbana. Tal levantamento foi realizado em bases virtuais e, principalmente, acervos físicos nacionais e internacionais localizados em São Luís, São Paulo, Campinas, Nova York e Cidade do Cabo. A análise de dados socioeconômicos baseou-se em relatórios institucionais, com destaque para publicações do IBGE, da Rede Penssan e do Instituto Maranhense de Estudos Socioeconômicos e Cartográficos (IMESC).

Diante do exposto, a pesquisa se constituiu a partir de extensos trabalhos de campo no centro e nas densas periferias de São Luís, envolvendo: (i) observação participante (Geertz, 2008); (ii) descrição para a construção de croquis e relatos de campo; e (iii) entrevistas semiestruturadas com interlocutores do mercado urbano de alimentação, acompanhadas, quando autorizado, de registros audiovisuais. Todas as informações de campo foram armazenadas em conformidade com o Comitê de Ética em Pesquisa.

O artigo está organizado em três momentos. No primeiro, discutimos os caminhos metodológicos articulando a produção da fome às dinâmicas da economia urbana e apresentando os fundamentos teóricos da análise. Em seguida, examinamos o circuito superior do abastecimento alimentar em São Luís, com destaque para a atuação das grandes redes varejistas e suas implicações na organização do território urbano. Por fim, analisamos o circuito inferior da economia urbana no núcleo central da cidade, ressaltando as práticas cotidianas de trabalhadores e trabalhadoras, sobretudo pessoas pretas e pardas, responsáveis por produzir e comercializar alimentos no mercado popular.

Tal análise permite evidenciar como as dinâmicas da economia urbana se relacionam à (re)produção das desigualdades no acesso aos alimentos, revelando a centralidade do circuito inferior na garantia da alimentação cotidiana da população trabalhadora e empobrecida.

2 Da produção da fome aos dois circuitos da economia urbana: caminhos metodológicos para uma reflexão sobre a situação alimentar de São Luís

[2] Entende-se como situação alimentar urbana "uma noção de que determinados lugares da urbe apresentam uma presença maciça de estabelecimentos de comercialização de alimentos: de um lado, grandes redes representativas de uma economia globalizada; de outro, pequenos comércios evidenciando um fenômeno popular" (Antipon, 2024, p. 24).

[3] Capital do Maranhão e seu principal centro urbano, atualmente com 1.037.775 habitantes e composta por 73,34% de pessoas pretas e pardas (IBGE, 2022).

[4] Tese intitulada *Direito ao território, direito à existência: a situação alimentar em São Luís (MA)* (Antipon, 2024), orientada pelo Prof. Dr. Márcio Cataia e premiada como Melhor Tese em Ciências Humanas e Artes da UNICAMP em 2025.

Nos últimos anos – especialmente entre 2016 e 2022 – o aprofundamento do risco de fome e de fome[5] no Brasil (IBGE, 2004, 2010, 2013, 2023, 2025; Análise […], 2020; Rede Penssan, 2021; 2022) articulou-se tanto ao desmantelamento de políticas públicas voltadas à segurança alimentar quanto ao recrudescimento da precarização do trabalho e da renda no país com a chegada da pandemia de Covid-19. A extinção do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Consea) no primeiro dia do governo do ex-presidente Jair Bolsonaro, iniciado em 2019 (Brasil, 2019), o enfraquecimento da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) (Antunes, 2020), a redução dos orçamentos do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) (Lopes, 2021), os ataques ao Guia Alimentar para a População Brasileira (Torres, 2020) e a política de compressão real do salário mínimo (Welle et al., 2022) compuseram um quadro institucional que agravou uma situação, em sua essência, estruturalmente desigual (Castro, 2008 [1946]; Ribeiro Junior, 2021).

A pandemia de Covid-19, assim, chega em um Brasil já fragilizado por essas transformações institucionais e econômicas (Cataia, 2020; Antipon, 2024). No Maranhão, dados do IBGE (2017) revelavam que 52,4% da população do estado sobrevivia com menos de R$ 406,00 mensais antes da crise sanitária. O rendimento médio estadual era o menor do país (R$ 1.123,00)[6], e grande parte da população encontrava-se afastada dos mecanismos de proteção social. O relatório produzido pelo IBGE sobre insegurança alimentar no Brasil anterior à pandemia (Análise […], 2020) indicou que 66,2% da população maranhense vivenciava risco de fome (35,2%) ou fome propriamente dita (30,9%) – à época o maior índice do país.

Quando analisamos os dados da Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF) (Análise […], 2019), chama atenção a disparidade de gastos com alimentação entre as classes brasileiras (Antipon; Cataia, 2021). Famílias com baixos rendimentos, estipulados em R$ 1.908,00/mês – renda de quase metade da população ludovicense (Ribeiro Filho, 2020) –, gastavam em média R$ 328,75 com alimentação, ou seja, cerca de 17,7% da renda familiar. Por sua vez, famílias brasileiras com maior renda mensal, acima de R$ 23.850,00, gastavam uma média de R$ 2.061,34/mês com alimentação – superior ao rendimento mensal total da classe mais empobrecida do país e aproximadamente 8,6% da renda familiar (Análise […], 2019). Tal discrepância é recorrente em países de menor renda (Food […], 2019) – caso observado em grande parte das metrópoles brasileiras (Dieese, 2026).

Em São Luís essa dinâmica assume contornos específicos. Embora concentre parcela significativa do Produto Interno Bruto (PIB) estadual – é o quinto lugar do estado com maior PIB per capita (IBGE, 2017) –, a cidade apresenta intensa desigualdade intraurbana. No primeiro trimestre de 2020, apenas 22,32% da população possuía emprego formal enquanto, entre 2018 e 2020, a informalidade crescia 156,52% – totalizando 20% de sua população (Ribeiro Filho, 2020). A relação entre renda e custo da alimentação revela a dramaticidade da situação. Se o salário médio em São Luís para trabalhos formais era

[5] Para Ribeiro Junior (2021, p. 16), "toda definição de fome traz consigo um posicionamento teórico e político acerca da realidade, o que explica a existência de debates e disputas em torno de sua definição e mensuração". Fugindo de eufemismos, ocultação e subdimensionamento, como ensina o autor, esta reflexão entende tal fenômeno como um processo social e escolhe usar os termos *fome* e *risco de fome*, em vez de "insegurança alimentar leve" e "insegurança alimentar moderada e grave". Ribeiro Junior (2021, p. 22) argumenta que essa escolha se deve, entre outros motivos, ao fato de o termo "insegurança alimentar" não carregar os sentidos corporificados da dor e da angústia de se conviver com a fome ou estar na iminência dela.

[6] Segundo os últimos dados do IBGE (2025), o Maranhão manteve-se na posição de menor média do rendimento domiciliar mensal (R$ 1.219,00).

de R$1.462,00 (Ribeiro Filho, 2020) e o valor médio da cesta básica no Brasil girava em torno de R$ 450,99 (Dieese, 2020)[7], 30,85% do rendimento de famílias ludovicenses em emprego formal destinava-se exclusivamente à alimentação.

Nesse contexto, Leme et al. (2022, p. 58) destacam que, "em um país marcado pelo racismo e pelo patriarcado, a inserção no mercado de trabalho" é profundamente atravessada por desigualdades raciais e de gênero, evidenciadas pelas diferenças salariais registradas em 2019 no Brasil. Em São Luís, enquanto os homens brancos recebiam em média R$ 4.770 e as mulheres brancas R$ 3.336, homens pretos tinham rendimento médio de R$ 2.367 e mulheres pretas de R$ 1.846 (IBGE, 2022). Tais disparidades contribuem para a ampla e intensa materialização da fome em determinados grupos sociais.

Estes números apontam o caráter estrutural e socialmente produzido da fome, que se constitui como dimensão da formação socioespacial brasileira (Santos, 1977).

Em São Luís, essa segmentação se materializa na organização do abastecimento alimentar, na distribuição e organização dos estabelecimentos comerciais e nas formas de acesso aos alimentos na urbe. Prova disso é a coexistência de espaços voltados ao consumo de alta renda, majoritariamente brancos (restaurantes especializados, empórios, grandes redes varejistas) e de formas populares de comercialização, compostas sobretudo por pessoas pretas e pardas (feiras, mercados de bairro, ambulantes e pequenos comércios).

Conforme exposto anteriormente, Santos (1979), ao analisar as cidades "terceiro-mundistas" (1978a; 1978b; 1993), demonstrou que a urbanização periférica se organiza a partir da coexistência de dois circuitos urbanos e econômicos igualmente resultantes dos processos de modernização do território, diferenciados por variáveis de capital, organização e tecnologia: o *circuito superior* conta com presença intensiva dessas variáveis; e o outro, *inferior*, oriundo da constante expansão da pobreza nos diferentes lugares, caracteriza-se por baixa capitalização, trabalho intensivo, normalmente de base familiar, e inserção subordinada na divisão territorial do trabalho, ou seja, "formas econômicas menos modernas dotadas de menor dinamismo e com menor peso na contabilidade estatística do crescimento econômico" (Santos, 1979, p. 60).

A precarização do trabalho na capital de um dos estados mais famintos do Brasil – marcada pela intermitência, informalidade e ausência de direitos (IBGE, 2017) – constitui condição objetiva para a reprodução e o aprofundamento desses dois circuitos. Compondo o *circuito inferior*, a proliferação de restaurantes populares, bares, ambulantes, feiras livres, mercados de bairro e pequenos estabelecimentos alimentares responde à necessidade de reduzir o custo de reprodução cotidiana da força de trabalho, seja em suas áreas centrais ou nas periferias. Como já observado em pesquisas anteriores (Antipon; Cataia, 2018), o aumento desses estabelecimentos ocorre em proporção direta ao crescimento da classe trabalhadora urbana e precarizada.

Assim, pobreza e circuito inferior "aparecem com relações de causa e efeito inegáveis" (Santos, 1979, p. 196). Isto porque o circuito inferior, por dispor de uma capacidade autoinflacionária (McGee, 1971), acomoda a pobreza que se reproduz em constante complexificação e aceleração nas formações socioespaciais periféricas. Santos (1979, p. 351) ensina que "nas grandes cidades, as dificuldades de mobilidade e/ou acesso às atividades modernas mais estritamente localizadas constituíram igualmente um elemento suplementar de explicação da importância do circuito inferior".

No Brasil, pesquisas (Antipon, 2017; Antipon, 2018; Antipon; Cataia, 2019) apontam o protagonismo histórico de mulheres e sujeitos negros em sua organização, sobretudo no mercado alimentar. Embora o circuito inferior não seja uma organização econômica financeirizada – como é o caso do circuito superior –, novos trabalhos (Montenegro; Contel, 2017; Montenegro, 2022; Antipon, 2024) indicam a inclusão de novas tecnologias do sistema financeiro em suas atividades, em um processo contemporâneo e cada vez mais intensificado de "financeirização da pobreza" (Montenegro, 2022).

[7] Até a pandemia, o único dado disponível sobre a cesta básica de São Luís era de 2013 (Seplan, 2013). Apenas no ano corrente (Dieese, 2026) esse dado foi atualizado para R$ 625,86.

A “pesada tarefa de enfrentar o concreto” (Santos, 1979, p. 12) ainda é realizada no chão da cidade, bem enraizada e com “relações privilegiadas com a sua região” (Santos, 1979, p. 22). Inúmeras maneiras criativas de driblar as precariedades da vida são preponderantes no circuito inferior: fiado; pechincha; caderneta da clientela; divisões de tarefas entre os familiares (compra de insumos, preparo das refeições, vendas diurnas e noturnas, abertura de conta bancária para terceiros, serviços próprios de entrega e até mesmo a confecção de carrinhos dos ambulantes); trabalho diário; comercialização local e miúda em razão do “fracionamento das compras por parte dos clientes, essa espécie de *hand to mouth basis commerce*” (Santos, 1979, p. 215).

Há que se considerar, ainda, a ressignificação das formas (um carrinho de supermercado torna-se expositor de alimentos; uma banca de jornal vira balcão para a venda de salgados, a bicicleta, que antes apenas conduzia o trabalhador, transforma-se no veículo da própria realização do labor etc.). Depende-se da circulação cotidiana de consumidores, do “boca a boca”, dos entregadores “habituais” sem aplicativos e com suas bicicletas. Não é raro encontrarmos por toda a cidade pessoas que mobilizam o comércio de bebidas e comidas a partir dessas formas reutilizadas.

Nossa agenda de pesquisa (Antipon; Cataia; 2018; Antipon, 2024) tem proposto a leitura desse circuito como um *mercado socialmente necessário* (Ribeiro, 2005), composto por pessoas – sobretudo negras – que reproduzem sua vida e a de outros iguais em meio à constante pauperização de suas existências. Esse grupo, “por meio de solidariedades domésticas e redes de sociabilidade, consegue produzir trabalho e renda como alternativa viável ao mercado hegemônico” (Antipon, 2024, p. 162), segregador e excludente (Bledsoe et al., 2019).

Já o *circuito superior* estrutura-se a partir de grandes empresas representativas de uma economia globalizada, em sua maioria associadas ao sistema financeiro, mas cujas atividades ocorrem localmente. São empresas “integradas com as de outra cidade de nível mais alto, ou com as de outra parte do país, ou ainda com as de outro país” (Santos, 1978a, p. 52): redes varejistas, supermercados, atacarejos, centrais de abastecimento, cadeias logísticas e, mais recentemente, plataformas digitais de entrega de comida (Tozi, 2024), constituidoras do capitalismo de plataforma (Srnicek, 2017).

A presença de empresas como iFood, Rappi e Uber Eats em São Luís – articuladas a capitais financeiros e a tecnologias informacionais – evidencia a integração do mercado alimentar ludovicense aos fluxos hegemônicos do capitalismo contemporâneo (Aguiar, 2024). Esse processo, contudo, não elimina o circuito inferior; ao contrário, reforça sua subordinação nessa dinâmica da economia urbana (Montenegro, 2022; Tozi, 2024).

A absorção do circuito superior por diferentes lugares das formações socioespaciais periféricas, como assevera Silveira (2004), deve-se a sua complexa organização financeira, que garante a expansão social e territorial dos seus mercados hegemônicos, sobretudo na fase atual do capitalismo informacional (Contel, 2020).

Assim, a operacionalização desta teoria revela o processo corporativo e fragmentado da urbanização brasileira (Santos, 1900; 1993; 1994): um uso do território orientado por interesses distantes das necessidades da maioria da população, resultando em profundas desigualdades urbanas. Ora, a seletividade dos investimentos produz espaços dotados de alta densidade técnica e informacional – os chamados “lugares luminosos” (Santos; Silveira, 2001) – coexistindo com extensas áreas periféricas, marcadas por precariedade de infraestrutura e ampla vulnerabilidade social, majoritariamente habitadas pela população negra e empobrecida. Nessas áreas, o circuito inferior assume papel central na organização da vida cotidiana.

A situação alimentar de São Luís deve, portanto, ser interpretada como resultado da articulação entre esses dois circuitos: o superior organiza o abastecimento da cidade segundo a racionalidade do lucro, nas escalas nacional e global de trocas e da financeirização; o inferior, na escala do cotidiano, garante a sobrevivência por meio de estratégias comerciais de baixo custo, redes de proximidade e intensa mobilização do trabalho familiar, sobretudo feminino e negro. Ambos são interdependentes e complementares, mas estruturalmente desiguais.

A existência dos dois circuitos da economia urbana em São Luís é, portanto, inseparável da produção histórica da pobreza e da fome, da racialização das desigualdades e do uso corporativo do território (Santos, 1990). Compreender essa estrutura, como veremos, é tanto condição para avançarmos nas interpretações sobre a dinâmica econômica que produz o desigual espaço urbano de São Luís, quanto possibilidade de atualização deste importante referencial teórico.

3 O circuito superior do abastecimento alimentar em São Luís: centralidade, lucro e expansão do Grupo Mateus

Os principais empreendimentos do circuito superior da economia urbana em suas formas informacionais ou materiais, como os centros comerciais, são, conforme Sposito[8] (1991; 2013), considerados os "nós" das cidades. Isso significa que a presença deles implica novos arranjos espaciais no processo urbano, com a formação de centralidades; a reorganização dos aspectos da urbanização; ou a intensificação das fragmentações socioespaciais. A **Figura 1** permite tecer algumas aproximações a esse respeito na Ilha do Maranhão[9].

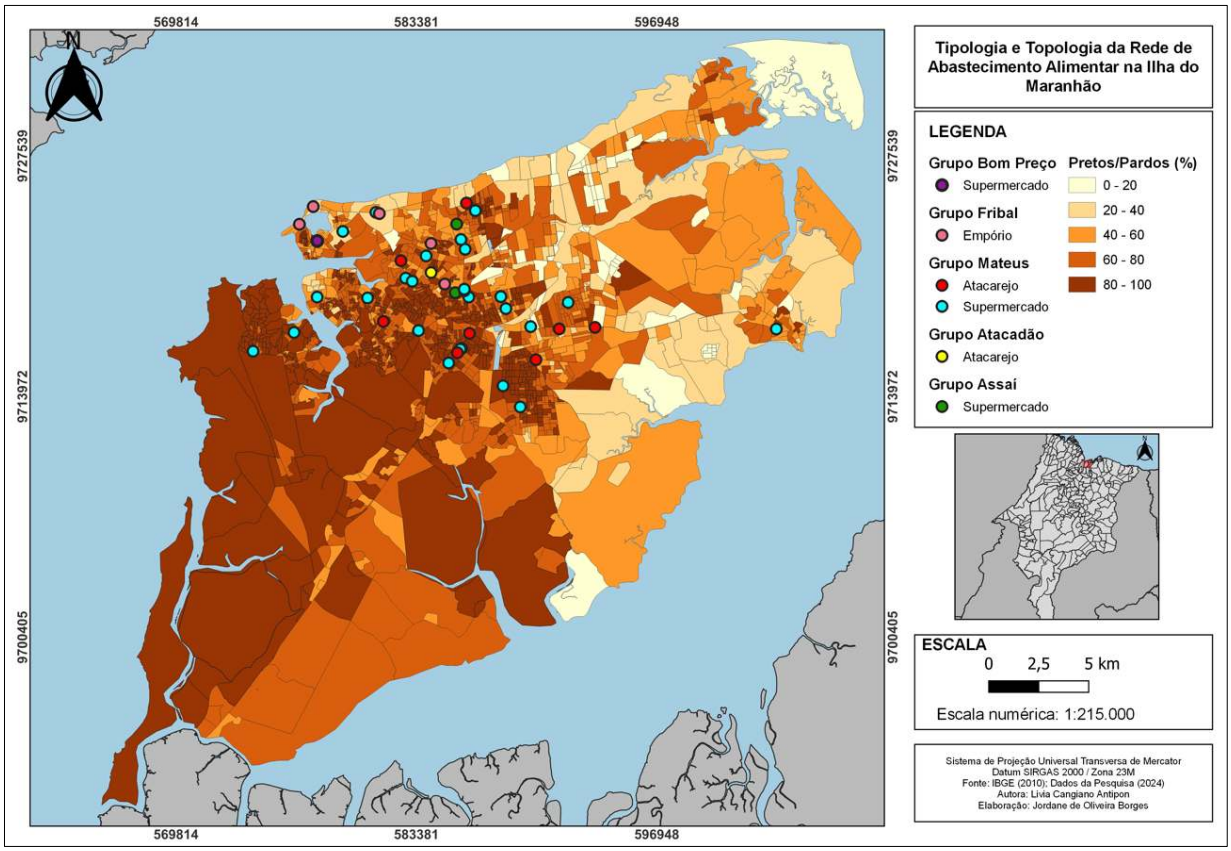

Figura 1. Circuito superior do abastecimento alimentar da Ilha do Maranhão por setor censitário/raça, 2024.

[8] Discussão realizada na ocasião do Colóquio Procad/Amazônia 2020: "Pensando os usos do território contemporâneo: da formação socioespacial brasileira à situação maranhense", durante a mesa intitulada "Tendências da urbanização brasileira", com as Professoras Doutoras Adriana Maria Bernardes da Silva (Unicamp) e Maria Encarnação Sposito (Unesp) (Abertura […], 2020).

[9] Ilha onde localiza-se a capital do estado, São Luís, e os municípios que compõem parte da região metropolitana da Grande São Luís: Raposa, São José de Ribamar e Paço do Lumiar.

Como observado, as redes atacadistas e os supermercados em São Luís, predominantemente representados pelo Grupo Mateus[10], situam-se em locais estratégicos, como na entrada do núcleo central, nas periferias leste e oeste e nos municípios de Paço do Lumiar e São José de Ribamar – áreas de expansão e especulação imobiliária na cidade. Frequentemente, quando se trata de áreas de expansão urbana, esses estabelecimentos são situados antes mesmo de a infraestrutura adequada estar totalmente instalada, ou seja, eles antecipam o próprio desenvolvimento do processo urbano, caracterizando-se como fixos indutores de centralidades. Ainda, há um nicho do Grupo Mateus (El Camiño Supermercados) que se instala sempre nas periferias da Ilha do Maranhão e, consequentemente, nos bairros onde mais de 50% da população se autodeclara preta ou parda. Ressalta-se que os produtos e a disposição dos alimentos nestes fixos se diferenciam do restante da cidade.

Os empórios, estabelecimentos nos quais são comercializados produtos de maior valor agregado, como alimentos orgânicos, importados e uma seleção de vinhos, tendem a se concentrar nos bairros de classes média e alta em São Luís, onde mais de 50% da população se autodeclara branca. A cartografia também demonstra que, ao lado de cada empório, é comum encontrar supermercados, sugerindo que estes últimos atendem a um amplo extrato populacional, desde os mais empobrecidos – nas áreas negras e de baixo rendimento da cidade – até os de maior poder aquisitivo. As únicas exceções a essa tendência são os localizados no bairro Ponta d'Areia (ou Península, caracterizado pelo preço elevado do metro quadrado), onde há apenas um empório, e as regiões periféricas sudoeste e sudeste da Ilha do Maranhão, nas quais a presença se restringe à rede de supermercados do Grupo Mateus.

Os dados coletados em campo revelam a dependência do comércio popular de alimentação (ambulantes, bares e pequenos restaurantes) em relação ao sistema de abastecimento organizado e controlado pelo circuito superior. Embora possam, para aquisição de insumos, ocasionalmente recorrer a redes "domésticas", de economias locais – como "uma miríade de pequenos produtores caseiros de 'salgados' e 'doces'" (Antipon; Cataia, 2018, p. 598), mercearias ou mercados municipais –, a maior parte do circuito inferior depende principalmente das grandes redes supermercadistas, atacadistas, varejistas e distribuidoras (Bezerra, 2022), como o Grupo Mateus, Atacadão, Assaí e Ceasa em São Luís. Essa relação demonstra, conforme aponta Xavier (2015, p. 29), o cada vez maior "entrecruzamento dos dois circuitos".

Nesse sentido, Santos (1979) observa que os atacadistas exercem atividades de natureza mista, estabelecendo vínculos simultâneos com os circuitos superior e inferior da economia urbana. Situados no topo de uma cadeia de intermediários que frequentemente alcança feirantes e vendedores ambulantes, esses agentes difundem mercadorias e crédito para os níveis inferiores da atividade comercial, articulando, assim, o funcionamento dos dois circuitos.

Chama atenção, quando observamos a **Figura 2**, a presença maciça do Grupo Mateus no Norte e Nordeste do Brasil: em 2024, a rede estava em 26 municípios do Maranhão, e somente na capital foram contabilizados 34 estabelecimentos alimentícios, entre supermercados, hipermercados e atacarejos (Grupo…, 2023a); no Pará, em 34 municípios, estavam localizadas 74 lojas, desde estabelecimentos alimentícios até outros itens com os quais o grupo opera, por exemplo, eletrodomésticos; no Piauí eram doze estabelecimentos; onze no Ceará; sete na Paraíba; seis na Bahia; quatro em Pernambuco, dois em Alagoas; e um em Sergipe.

[10] Principal rede varejista do Maranhão.

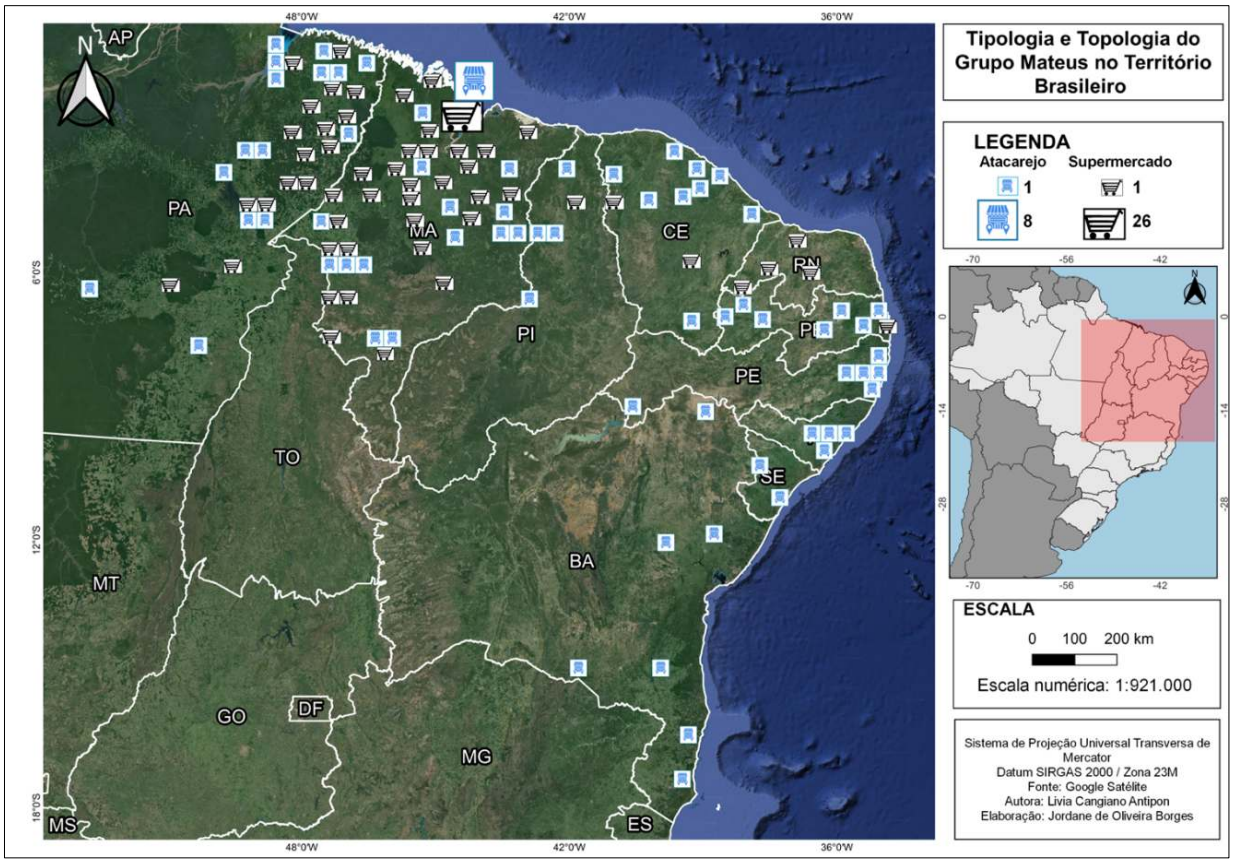

Figura 2 – Circuito superior do comércio alimentar no Norte e Nordeste brasileiros – Grupo Mateus, 2024.

Observa-se, ainda, além da concentração do Grupo Mateus na região metropolitana da Grande São Luís[11], uma tendência desses fixos a acompanhar os eixos urbanos do Norte e Nordeste: há concentração na região metropolitana de Belém e na região tocantina do Maranhão, em razão da centralidade das cidades de Imperatriz e Balsas (polos urbanos do agronegócio no Maranhão), e também no eixo sentido Ceará, no Parnaíba, chegando até as centralidades urbanas das capitais Fortaleza, Teresina, João Pessoa, Recife, Maceió e Aracajú. As localidades da Bahia indicam a busca por rotas de estradas e rodovias, desde o sertão ao sul do estado, trajeto realizado por parte dos modais rodoviários que seguem ao Norte do país, em direção a ferrovias e portos.

A expansão do Grupo Mateus para outros estados ocorreu durante o período pandêmico (2020, 2021 e 2022), quando a empresa passou a ser considerada a terceira maior varejista do Brasil (Grupo …, 2023b), operando nos segmentos de varejo (Mateus Supermercados e El Camiño Supermercados), atacarejo (Mix Mateus), eletrodomésticos e móveis (Eletro Mateus), indústria de pães (Bumba Meu Pão), distribuidora de produtos farmacêuticos (Invicta) e atacado (Armazém Mateus). O grupo também se destacou pelo aumento do lucro durante a pandemia, crescendo 396%, com lucro líquido de R$ 726,3 milhões (Mattos; Ravagnani, 2021) no último trimestre de 2020 – momento no qual também vimos as cifras de fome crescer em território nacional (Rede Penssan, 2021).

Ao contrário do circuito inferior, o superior manipula um significativo número de mercadorias (portanto, dispõe de infraestruturas de estocagem), seguindo certa rigidez dos preços, com a predominância de capital intensivo, publicidade em

[11] Compõem a região metropolitana da Grande São Luís os seguintes municípios: São Luís, São José de Ribamar, Raposa, Paço do Lumiar, Alcântara, Bacabeira, Rosário, Axixá, Santa Rita, Presidente Juscelino, Cachoeira Grande, Morros e Icatu.

larga escala e ajuda governamental direta ou indireta – seja com isenção de impostos e acesso a crédito bancário ou com a flexibilização de leis trabalhistas e ambientais. Santos (1979) destaca que, embora as atividades do circuito superior privilegiem o trabalho assalariado, elas empregam poucas pessoas em relação ao volume e ao valor da produção que concentram, apresentando ainda uma tendência constante de redução do emprego.

Esse fato aprofunda o adensamento do circuito inferior nas metrópoles periféricas, uma vez que ele "é o verdadeiro fornecedor de ocupação para a população pobre da cidade e os migrantes sem qualificação", preponderando a impermanência no emprego e uma remuneração "com frequência no limite ou abaixo do mínimo vital" (Santos, 1979, p. 45). Uma vez que "a atividade do circuito superior tende a controlar a economia por inteiro" (Santos, 1979, p. 47), acaba por definir boa parte dos rumos do processo de urbanização. Exploração, acumulação e espoliação são léxicos dominantes deste circuito.

No entanto, tais atividades não são exercidas apenas por atores hegemônicos, cabendo também à outra porção do circuito superior (Santos, 1978a). Assim, pode-se falar de um *circuito superior marginal*, definido por atividades com "predomínio de características de um dos circuitos", mas que podem "apresentar algumas do outro", o que costuma ser "mais frequente no circuito superior, e para certas categorias de fabricação em que ainda é possível a coexistência de empresas utilizando tecnologias diferentes e diversamente organizadas" (Santos, 1979, p. 42).

Uma característica importante dessa porção marginal, sobretudo quando associada às demandas do circuito inferior, é o fato de ela se beneficiar "indiretamente com a propaganda feita pelos produtos similares de nível mais elevado" (Santos, 1979, p. 105) ou até mesmo dos atributos que definem uma marca (cores, nome, logotipo, linguagem). Um exemplo seriam alguns pontos de venda de alimentos nas periferias das cidades, inclusive em São Luís, que não se encaixam como mercados, supermercados, hipermercados ou atacarejos de grandes marcas (**Figuras 1** e **2**) nem como mercearias, bodegas ou mercadinhos familiares de bairro. São fixos que se distanciam do circuito inferior, pois possuem rede de empregados fora do âmbito familiar; estão bem equipados com formas de pagamento além do dinheiro e da caderneta; contam com a possiblidade do estoque; dispõem de uma logística mais elaborada. Em contrapartida, não chegam ao nível de racionalização, capacidade produtiva e empregabilidade via assalariamento, tampouco conseguem concretizar uma capilaridade – material e imaterial, a partir de um processo de creditização – em território metropolitano, como o circuito superior.

Trata-se de negócios com função central no abastecimento alimentar das periferias e que usufruem, sobretudo, de uma capacidade imitativa das marcas já estabelecidas no mercado. Em alguns casos, até o nome fantasia é o mesmo – a exemplo do mercado Super Bom Preço, presente nos bairros Anjo da Guarda e Liberdade, mas que não possui relação com o grupo homônimo também presente na cidade. A escolha de imitar o nome ocorre porque "*assim, não tem erro né? A gente sabe que as pessoa vem comprar aqui, porque é como se elas já conhecessem a nossa marca, confiam na gente, sabe?*" (K. – Trabalho de Campo, São Luís, 15 de janeiro de 2022).

O circuito superior, como já apontado, tem capacidade para influenciar a economia global, enquanto "o circuito inferior da economia urbana configura-se como um mercado que pode abrigar outros sujeitos responsáveis – não apenas os da concepção única e hegemônica das transações comerciais" (Antipon, 2024, p. 161) – pela dinâmica da *economia política da cidade* (Santos, 1994). Em outras palavras, esses sujeitos estão encarregados da produção de um outro mercado urbano. A seguir, a partir da imersão em campo realizada em São Luís, examinamos algumas dessas manifestações do circuito inferior, evidenciando seus agentes, práticas e formas de organização no território.

4 O circuito inferior e o mercado popular de alimentação no centro de São Luís: alimentar a cidade, organizar a vida e enfrentar a fome

Para melhor entendimento do dinamismo urbano extremamente desigual e racialmente segregado de São Luís, analisamos o *circuito inferior central*, localizado no núcleo original da cidade. Ele se refere às populações do núcleo central, mas sobretudo

às atividades presentes nessa área da urbe, onde o setor moderno, de maior valor agregado, e serviços de menor capitalização convivem. Em razão desse dinamismo que lhe é próprio, nesta área "as diferentes camadas sociais se encontram" e "as atividades do circuito inferior aproveitam-se dessas […] vantagens e assumem formas mais complexas" (Santos, 1979, p. 350).

A situação alimentar urbana aí dinamizada deve ser entendida levando em consideração a multiplicidade histórica de suas atividades políticas, econômicas e culturais. Lugar de moradia, geração de trabalho e renda, encontros, festividades e manifestações religiosas, o núcleo urbano de São Luís – e consequentemente sua situação alimentar – constitui-se essencialmente da (re)elaboração de políticas da vida cotidiana. Nele, sujeitos ordinários, instituídos de relações, aspirações e intencionalidades, ou seja, de suas humanidades completas, fazem a vida e o lugar acontecerem a partir de suas próprias singularidades (Certeau, 1998). Portanto, sua dimensão espacial é também resultado da temporalidade da própria vida urbana cotidiana e de suas particularidades a cada etapa da evolução da cidade (Santos, 1959). Possui, como qualquer outro centro, características próprias e individualizantes (Santos, 1959), sem que isso retire a propriedade de discuti-lo objetivamente na estrutura geral urbana.

Avulta também a associação do comércio popular à concentração de ocupações urbanas de casarões históricos, abrigo de muitos trabalhadores. Averiguamos a origem desses sujeitos: "trata-se de migrantes da baixada ocidental maranhense e de moradores das periferias da cidade, que veem no núcleo central uma oportunidade de gerar renda e reduzir os custos de vida; buscam, majoritariamente, poder morar próximo aos seus locais de trabalho" (Antipon, 2024, p. 182).

Além de caracterizarem espaços de luta, é nessas ocupações que parte dos habitantes – sobretudo mulheres negras – preparam os alimentos a serem comercializados no centro de São Luís. Revela-se, dessa maneira, a importância de diversos sujeitos no espaço urbano, cujo trabalho de alimentar a cidade se concretiza a partir da luta por moradia popular. Suas práticas alimentares domésticas e cotidianas se reproduzem também como atividade econômica, de sobrevivência (Antipon, 2024).

O convívio, em campo, com os trabalhadores da alimentação revelou que a situação alimentar urbana está diretamente vinculada aos movimentos da cidade, e vice-versa. Vendedoras de lanches nos pontos de ônibus explicaram que as *corridinhas*[12] ainda existem, mesmo na era da plataformização dos transportes individuais e coletivos. Ambulantes da alimentação abriram as portas de ocupações urbanas e as apresentaram como lugares de reivindicação: de juventudes organizadas pela cultura na cidade; de famílias em luta pela dignidade no morar; de mulheres que precisam de um lugar para fazer o fogão e a vida funcionarem. A mulher ferve o milho e alimenta trabalhadores apressados no ponto de ônibus, mas, no próprio almoço, come apenas quatro colheres de arroz e um ovo antes da caminhada de trinta minutos para guardar seu carrinho em um lugar seguro.

Com esses trabalhadores foi possível compreender que, no bairro periférico da Camboa, ainda se compra no fiado; em outra periferia, São Cristóvão, o arroz é mais barato para moradores antigos; e no entorno do Mercado Central, famílias terão acesso à doação de alimentos em alguns sábados. O dinheiro obtido com a venda de lanches durante dez horas de trabalho em um ponto de ônibus no Anel Viário, no centro da cidade, pagará a latinha de sardinha do almoço do dia seguinte em um mercadinho do Anjo da Guarda. É na caminhada que acontecem os abastecimentos entre o atacadista e os quiosques que vendem refeições para trabalhadores, enquanto nos ônibus intraurbanos se deslocam as frutas da Feira do João Paulo até as banquinhas no entorno da Praça Deodoro.

Ao mesmo tempo, o campo evidenciou que a revitalização dos espaços públicos implica, muitas vezes de forma arbitrária, reorganização e adaptação do comércio alimentar, aumento do valor das refeições e adoecimento de vidas – sobretudo femininas e negras – obrigadas a abdicar de suas atividades comerciais. Algumas mulheres relatam que o casamento lhes

[12] Assim como o fenômeno das *vans* e dos *mototáxis*, há um circuito de carros particulares em São Luís que oferece *corridinhas* – transporte coletivo de passageiros a um custo médio de R$ 5,00/pessoa, circulando do núcleo central para as diversas áreas periféricas da cidade.

custou anos de violência doméstica, superada apenas com a decisão de vender comida de porta em porta; outras contam que o passado daqueles que hoje alimentam a cidade esteve marcado pelo trabalho escravo contemporâneo e pela fome.

Assim, apesar de o dinamismo ser central, as características dos que ocupam majoritariamente esta centralidade explicitam a desigualdade e a segregação racial (Guimarães, 2021) históricas de São Luís (Gato, 2019). Os conteúdos desse lugar – uma "materialidade desvalorizada" (Santos, 1996) –, meio e produto de sua popularização, manifestam-se por suas características periféricas.

Para fins analíticos, escolhemos um recorte de pesquisa que considerasse as espessuras de um comércio alimentar organizado justamente por tal vitalidade. Assim, selecionamos restaurantes, quiosques, barraquinhas e ambulantes de alimentação com explícitas características do circuito inferior (baixo capital e tecnologia, bem como organização específica) e que estivessem presentes em diferentes aglomerações do núcleo central.

O aprofundamento da pobreza estrutural, como exposto, especialmente a partir de 2016, potencializou o uso, já histórico, do núcleo central de São Luís com o adensamento de atividades do circuito inferior da economia urbana, em múltiplos estabelecimentos de comercialização popular de alimentos, entre outros (Antipon, 2024). Alguns deles classificamos como "mais estruturados", fixos reconhecidos como vendinhas, mercados, barraquinhas, restaurantes, bares, quiosques. Em outros, identificamos a capacidade de improvisação – a "arte da viração" (Ribeiro, 2004) – como uma constante, a exemplo dos ambulantes, "pessoas singulares que levam a vida e desenvolvem habilidades e vocações comerciais em movimento" (Neiburg, 2010, p. 14), com carrinhos, isopores, fogareiros, bicicletas adaptadas para a venda de salgados (os "bike lanches", como se identificam e são reconhecidos), e carrinhos de mão e de supermercados reutilizados para transportar alimentos e bebidas.

Seja nos fixos "mais estruturados" ou na "arte da viração", observamos que no centro de São Luís são comercializadas tanto refeições prontas quanto itens a serem preparados nas residências, a exemplo dos produtos vendidos em mercadinhos e pequenas mercearias. Nas comidas prontas, popularmente reconhecidas como "bandecos", "pratos-feitos", "quentinhas" ou "marmitas", predominam alimentos básicos da dieta brasileira (arroz, feijão, farinha e alguma proteína, "a mistura" dessas refeições) e pratos regionais (torta de camarão, caldo de ovos e sururu, juçara, bolo de aipim, milho e macaxeira, tapioca de carne-seca ou de queijo com coco, café com leite, suco de frutas e guaraná da Amazônia) (Antipon, 2024).

Embora já existam nas adjacências da área estudada grandes redes de supermercados, como o Grupo Mateus (conforme a **Figura 1**), o circuito inferior ainda se faz presente nas pequenas mercearias e nos mercadinhos, em sua maioria de organização familiar, com pouquíssima mão de obra empregada, e instalados geralmente no espaço residencial, na parte da "frente" e "debaixo" das residências. Por seu espaço reduzido, esses estabelecimentos trabalham com pouco estoque (Santos, 1979) – característica fundamental do circuito inferior, que também se aplica a restaurantes, quiosques e barraquinhas. Tais estabelecimentos vendem porções reduzidas, por exemplo, ovos, frutas e iogurtes por unidade; arroz e feijão fracionados, entre outros. Assim, "a venda em microvarejo permite ao cliente pobre, que só dispõe de magras rendas no dia-a-dia, abastecer-se em pequenas quantidades" (Santos, 1979, p. 215).

Por serem fixos do circuito inferior, os estabelecimentos analisados dificilmente seguem de maneira categórica suas tipologias, podendo abrigar pluriatividades: uma mercearia é, ao mesmo tempo, um bar; no fundo de um bar, há isopores com a juçara e cestos de palha com camarão seco; na entrada de uma pequena gráfica, encontra-se uma bancada de bolos, salgados e cafés à venda; uma estudante de Direito de uma universidade pública faz uso temporário do núcleo central da cidade para vender bolos regionais a fim de angariar fundos para sua formatura; casas em ruas residenciais exibem plaquinhas indicando que têm farinha e caldo de ovos; nas salas de casa montam-se banquinhas com bolos e sucos em períodos específicos do dia, geralmente pela manhã e no final da tarde; garagens abrigam expositores de ovos, frios e pães para a freguesia que se aproxima, inclusive formada por outros vendedores ambulantes, trazendo seus peixes recém pescados para dentro do bairro.

Segundo Santos (1979, p. 253-254), o circuito inferior realiza constantemente adaptações estreitas "às condições conjunturais. […] Quanto às mercadorias à venda, sua escolha e eventual mudança são feitas em função da demanda sazonal". Sendo assim, não é raro encontrar nos estabelecimentos estudados a venda de refeições junto com outras mercadorias. Em suas precárias estruturas – algumas até mesmo de tapumes –, acham-se aparelhos de barbear, cigarros, papel higiênico vendido por unidade, produtos de limpeza, escovas de dentes, cadernos e canetas ao lado do fogão e da mesa, que também serve de armário para os pratos, copos e o pequeno estoque dos alimentos que comporão as refeições ofertadas.

Ainda que considerada precária quando comparada às propagandas do circuito superior, a divulgação no comércio popular de alimentação é feita a partir (i) das próprias estruturas dos fixos, com informes do que é ofertado; (ii) do próprio corpo, com *banners* acoplados para ser, assim, uma propaganda circulante; (iii) das mídias sociais, a exemplo do Instagram; e (iv) dos carros, tanto para mensagens sonoras, os famosos "carros de som", quanto para adesivação de imagens e informações.

A dinâmica do mercado alimentar no núcleo central de São Luís é influenciada pelos eventos que lá ocorrem, sejam eles frequentes, como festivais regulares, festas e o movimento dos bares durante a noite/madrugada, sejam eventos pontuais, como manifestações políticas. Apesar de haver maior atividade comercial durante o dia, a venda de alimentos também acontece de forma intermitente na área, podendo ser semanal, a exemplo das vendedoras nucleadas à Feira Livre, ou pontual, como nos eventos culturais que dinamizam a cidade. Não à toa, terminais rodoviários, pontos de ônibus e rotas cotidianas (hospitais, instituições de ensino, saídas de empresas e órgãos públicos, estacionamentos) são lugares, por excelência, contemplados pelo circuito inferior da alimentação.

A rede familiar que estrutura o circuito inferior pode inclusive abarcar serviços financeiros, ampliando as formas de cooperação entre esses agentes, mas também de subordinação e dependência em relação ao circuito superior (Montenegro; Contel, 2017). Uma nora administra a conta em que sua sogra, uma vendedora ambulante, recebe o PIX; uma filha abre conta bancária em seu nome para que a mãe possa cadastrar máquinas de cartão de débito e crédito utilizadas no pequeno restaurante; há quem, ainda, faça o cartão de crédito das redes de supermercados em nome de seus companheiros e companheiras para adquirir insumos de forma parcelada, podendo aproveitar promoções e garantir nos cardápios as carnes habituais sem arcar com aumento no preço.

O Grupo Mateus oferece o Mateuscard Visa Gold – cartão de crédito associado ao banco Bradesco, com sede em Osasco (SP), e que pode ser utilizado em seus estabelecimentos ou em qualquer outro, e em compras virtuais. Tal fato evidencia que o "protagonismo no processo de financeirização deixou de se limitar, assim, à ação dos bancos e instituições especificamente financeiras, passando a ser exercido também por grandes cadeias de comércio varejista" (Montenegro; Contel, 2017, p. 121).

Embora haja um aumento considerável dessas variáveis financeiras no mercado popular (raramente estabelecimentos ou ambulantes recusam essas ferramentas, e grande parte dos interlocutores deste estudo estão associados às linhas de crédito para aquisição dos insumos), é importante asseverar que o uso do dinheiro vivo e o fiado (crédito informal, com clássicas anotações na caderneta) ainda são observados nas redes que possibilitam o funcionamento desta situação alimentar: "*eu aceito sim que algumas pessoas comam aqui no fiado. Eu sei que elas vão me pagar. E, assim, eu sei que às vezes se elas não comerem aqui, não vão comer em lugar nenhum*" (M., Trabalho de Campo – núcleo central, janeiro de 2022).

Tanto o carvão – fonte de energia em carrinhos que cozinham e grelham milhos, carnes e queijos – quanto os insumos em geral (arroz, feijão, óleo, farinha etc.) muitas vezes são adquiridos em outros bairros, geralmente nos grandes atacadistas, hipermercados e supermercados ou nas próprias mercearias e mercadinhos dos bairros periféricos onde habitam os interlocutores. Quando comprados no centro de São Luís, o Mercado Central ainda cumpre um importante papel abastecedor da cidade, sobretudo por ser um fixo nas intermediações dos estabelecimentos e das rotas dos ambulantes.

Boa parte das interlocutoras relatou as estratégias de organização de suas atividades. Mediante recursos escassos de deslocamento (sem veículo individual, tampouco possibilidade de arcar com corridas de transportes por aplicativos), essas

mulheres revelam fazê-lo a pé, mesmo se as distâncias ultrapassem quarenta minutos de caminhada. Exemplo disso é a senhora K., cozinheira há mais de trinta anos de seu pequeno restaurante nas adjacências do Mercado Central, onde ela compra parte dos insumos em razão da amizade com os donos dos boxes – o que garante a compra no fiado, no crédito e parcelamento pessoal e direto e nas compras fracionadas – e também pela facilidade de se deslocar sem gasto com transporte. Outro recurso dessas trabalhadoras são as caronas eventuais com familiares, permitindo diversificar os locais de compras entre as grandes redes de comercialização de alimentos e as mercearias dos bairros, cujos "*donos, como me conhecem, abrem a saca de arroz e vendem o quanto eu vou usar. Às vezes eu só consigo comprar o que vou usar no próprio dia, entendeu?*" (N., Trabalho de Campo – núcleo central, abril de 2024). Por fim, servem-se de transportes coletivos, a exemplo dos ônibus municipais, mas também das "corridinhas", anteriormente mencionadas.

Embora o deslocamento seja frequentemente considerado uma questão para a compra de grandes quantidades de insumos em locais com melhores condições de pagamento e ofertas, a maioria dos entrevistados afirma que a capacidade limitada de armazenamento e de capital de giro são os principais obstáculos para tal investimento. Moradora de uma ocupação urbana, ex-empregada doméstica, cozinheira de marmitas e proprietária de um carrinho de batata frita e pastel, F. revela que a aquisição de um freezer, após dez anos trabalhando na área, vai possibilitar a estocagem de maiores quantidades de carnes, permitindo que ela aproveite melhor as promoções semanais e aumente um pouco sua margem de ganho. Além disso, poderá manter o tamanho das marmitas, em vez de diminui-las – escolha de muitas colegas diante da impossibilidade de aproveitar as promoções e do aumento no preço dos alimentos.

Parte do consumo dos trabalhadores é circulante, precisa estar em suas rotas de passagem e ocorre de forma rápida; o tempo de descanso é breve – daí a alta incidência de carrinhos, bicicletas com lanches e salgados, milhos cozidos, "*essas coisinhas que as pessoas podem beliscar e enganar a fome*" (H., Trabalho de Campo – núcleo central, novembro de 2019). Quando procuradas, as refeições nos restaurantes, bares e quiosques precisam ser completas: "*eles gostam de bastante arroz e feijão, isso não pode faltar. Nem a carninha, né? A carninha é sagrada. Eles chegam com muita fome aqui de tanto trabaiá, judiação*" (O., Trabalho de Campo – núcleo central, novembro de 2019).

Ingredientes mais baratos, hortaliças escassas e a saga por manter os preços acessíveis aos que dependem desses lugares para se alimentar são cenas corriqueiras do centro de São Luís. Foi a partir do circuito inferior que observamos uma série de gestos de solidariedade criados. A vendedora de marmitas R. determina variações de preço para as mesmas refeições nos mesmos horários do dia, a depender do público. Para os trabalhadores mais precarizados, cobra-se um valor menor; aqueles com regime de trabalho CLT pagarão um pouco mais caro: "*Eu acho que é justo fazer isso, porque eu sei que tem gente aqui que se eu cobrar um real a mais, não vai comer e vai passar fome"* (Trabalho de Campo – núcleo central, agosto de 2019).

A pauperização desses trabalhadores é patente. Portanto, também é precária a situação alimentar constituída por e constituidora desses sujeitos. Sua condição histórica de vulnerabilidade, empobrecimento e precarização (Antipon; Cataia, 2021) evidenciam-se nas informações como as de que as primeiras cestas básicas na pandemia de Covid-19 foram distribuídas aos vendedores ambulantes da cidade, sobretudo os da alimentação (Coronavírus […], 2020), que, mesmo diante da exposição ao vírus, continuaram a trabalhar, não raro envolvendo a família inteira para manter o negócio "*e não correr o risco de morrer de fome*" (C., Trabalho de Campo – núcleo central, março de 2020).

Se, por um lado, o circuito inferior da economia urbana em São Luís se originou de violações generalizadas dos direitos das populações empobrecidas e negras – não apenas na Ilha do Maranhão, mas em todo o estado –, por outro, é crucial reconhecer paradoxalmente que ele evita um completo esgarçamento da urbanização na periferia do sistema capitalista. Foram muitos os relatos, especialmente de mulheres negras, chefes de família, mães solteiras, que explicitavam a capacidade desse circuito econômico de tirá-las de difíceis situações de risco de fome e fome, violência doméstica e de um passado constituído pelo trabalho análogo à escravidão.

Dona J. é uma mulher negra de 57 anos. Criou sozinha, assim como a mãe, seus quatro filhos. Encontrou nas vendas de refeições de porta em porta, na produção de lanches, no cozimento do milho, nas ruas de sua periferia, nos circuitos dos festejos, no núcleo central da mesma cidade onde a mãe, antes de morrer, vendia frutas em um tabuleiro, a possibilidade de construir um lugar de liberdade para si:

> Eu trabalho com isso já faz uns 35 anos, desde quando só ficou eu e meus filhos, quando ele [ex-marido] me abandonou. […] Eu tinha 11 anos quando fui parar na primeira casa, depois que minha mãe morreu e deixou nós quatro. Eu nunca vi a cara do meu pai […]. Daí cada um foi parar numa dessas casas. Lá eu tinha que fazer tudo, limpar a casa, arrumar os meninos deles, deixar tudo limpinho. [Questionada sobre o salário recebido por esses serviços, afirma "nada, nunca vi a cara do dinheiro, porque eles deixavam eu morar lá de graça"]. E daí eles davam a cama, a escola [refere-se aos materiais escolares – "caderno, lápis, essas coisa" –, pois a escola frequentada era pública] e a comida quando sobrava, se sobrava. É, comia o que sobrava, o resto. Tinha dia que a patroa falava: "ê J., hoje tu tem que fritar um ovo, porque acabou a carne. E só tem esse resto aí de arroz, tu raspa. Daí era isso que eu comia, um ovo, raspava o resto da panela de arroz, o que sobrava dos pratos deles. Tu sabe o que é isso? Comia o resto. E isso foi até os 17 anos quando eu encontrei esse homem. Daí fiz quatro filhos com ele. Ele me batia, me judiava, e largou de mim com os quatro meninos. O mais velho tinha seis anos. E foi assim, sem nada, porque ele me deixou com nada. Daí eu comecei a vender as comida, oferecer lanche, milho. Quem me ensinou foi um homem lá no Anjo da Guarda. Me ensinou tudinho, onde pegar, quanto pegar, como vender, onde vender. E eu também já ajudei muita gente, viu? Já dei milho pra quem pede, já ensinei mulher a montar a banquinha. Criei meus filhos, tão tudo casado, viu? Já me deram neto, graças a Deus.

Por meio do circuito inferior da alimentação muitos interlocutores encontraram saídas concretas para realização da vida urbana – ainda que precária. Tal movimento conforma nos interstícios do tecido urbano de São Luís um circuito econômico organizado e uma situação alimentar vivida, sobretudo, pelos sujeitos empobrecidos, famintos e negros da cidade.

5 Conclusões

Ao longo deste artigo, buscamos demonstrar que a situação alimentar urbana de São Luís expressa as desigualdades que estruturam a formação socioespacial brasileira e que se materializam no cotidiano das cidades. Esta análise evidencia que, no abastecimento alimentar ludovicense, coexistem formas profundamente desiguais de produção, circulação e consumo de alimentos. De um lado, o circuito superior, representado por grandes redes varejistas e atacadistas articuladas a fluxos financeiros e logísticos de escala nacional e global; de outro, o circuito inferior, constituído por uma miríade de trabalhadores e trabalhadoras que, por meio de pequenos estabelecimentos e redes de proximidade, produzem trabalho, renda e alimentação para amplos segmentos da população urbana.

Este estudo revelou que o circuito inferior é um espaço de precariedade econômica, mas também de produção da vida urbana. Em São Luís, sobretudo mulheres negras organizam complexas estratégias de sobrevivência que articulam trabalho, moradia e circulação na cidade. Essas práticas cotidianas permitem alimentar trabalhadores e reduzir o custo de reprodução da vida em uma cidade marcada historicamente pela desigualdade. Ao mesmo tempo, comprovam que a fome, longe de ser um fenômeno estritamente episódico ou conjuntural, está profundamente vinculada às formas históricas de organização do território e do trabalho no Brasil – portanto, um problema estrutural.

Assim, o artigo comprova o papel central do circuito inferior na organização do abastecimento alimentar em São Luís, mostrando que o acesso à comida depende, em grande medida, de práticas cotidianas pouco reconhecidas pelas políticas públicas. A análise indica limites de intervenções que se concentram no circuito superior da economia urbana, e reforça a necessidade de considerar as economias populares como parte constitutiva do sistema alimentar urbano. Isso implica pensar políticas que dialoguem justamente com o circuito inferior a partir de suas práticas, redes de proximidade e formas de funcionamento, incorporando-as na formulação das ações públicas voltadas ao abastecimento alimentar urbano.

A leitura dessas dinâmicas à luz da teoria dos dois circuitos da economia urbana evidencia a atualidade da obra de Milton Santos para compreender as contradições da urbanização brasileira contemporânea. Ao propor uma interpretação da cidade

"terceiro-mundista" baseada na coexistência de circuitos econômicos interdependentes e complementares, o autor ofereceu um instrumental analítico capaz de revelar as múltiplas geografias produzidas pela modernização periférica. Na situação analisada, tal perspectiva permitiu compreender como o circuito superior organiza o abastecimento alimentar segundo a lógica da acumulação e da financeirização, enquanto o circuito inferior assegura, no cotidiano da cidade, as condições mínimas de sobrevivência de ampla parcela da sociedade. A relevância dessa teoria reside justamente em sua capacidade de articular processos econômicos globais às práticas concretas que estruturam a vida urbana nos lugares, demonstrando o movimento da totalidade.

Por fim, os resultados apresentados apontam para uma agenda de pesquisa ampla e necessária. Em primeiro lugar, pretendemos continuar atualizando o referencial teórico proposto por Milton Santos diante das transformações contemporâneas do capitalismo, como a financeirização e a plataformização da economia urbana. Em segundo lugar, é preciso investigar os espaços populares e suas organizações econômicas como dimensões fundamentais da reprodução social nas cidades brasileiras. É urgente incorporar a questão alimentar, particularmente a fome, na análise da urbanização no país. Um fenômeno estrutural, a fome permanece inscrita na própria constituição histórica da formação socioespacial brasileira, manifestando-se de maneira aguda nas periferias urbanas e negras e nos mercados populares que, paradoxalmente, sustentam a alimentação cotidiana das cidades.

Contribuições dos autores: Todas as etapas de pesquisa, organização dos dados e redação final foram desenvolvidas pela única autora do artigo, Livia Cangiano Antipon.

Disponibilidade de dados: Os dados que sustentam este artigo estão disponíveis mediante solicitação à autora correspondente. Alguns dados qualitativos oriundos do trabalho de campo (entrevistas, notas de campo e registros audiovisuais) não estão publicamente disponíveis devido a restrições éticas relacionadas à proteção da identidade dos participantes. Dados secundários utilizados na pesquisa são provenientes de fontes públicas devidamente citadas ao longo do texto.

Financiamento: Pesquisa financiada pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP). Processo n. 2019/13511-0.

Agradecimentos: À Fapesp, à Unicamp e à todas e todos as/os trabalhadoras/es que concederam entrevistas e alguns pratos de comida.

Uso de inteligência artificial: A autora declara não ter utilizado ferramentas de inteligência artificial de modo relevante na elaboração do manuscrito ou na realização da pesquisa.

Conflito de interesse: A autora declara não haver conflito de interesse.

Referências

ABERTURA e palestra (2020). [*S. l.: s. n.*], 2020. 1 vídeo (115 min). Publicado pelo canal PPGEO UEMA. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=ZfvIlpzfRIk. Acesso em: 6 jun. 2026.

AGUIAR, V. C. B. Economia política da cidade e digitalização em São Luís: a plataformização dos serviços de entrega de comida. 2024. Dissertação (Mestrado em Geografia, Natureza e Dinâmica do Espaço) – Universidade Estadual do Maranhão, São Luís, 2024.

ALVES, C. N. O circuito rap "indé" em Paris: dinâmicas socioterritoriais e mensagem ultramar. GEOUSP Espaço e Tempo (Online), São Paulo, v. 20, n. 1, p. 34-51, 2016. https://doi.org/10.11606/issn.2179-0892.geousp.2016.97502

ALVES, C. N.; SILVA, A. M. B. A metrópole e os circuitos da economia urbana: o mercado fonográfico na região do Recife. Revista da ANPEGE, [*S. l.*], v. 16, n. 29, p. 76-108, 2020. https://doi.org/10.5418/ra2020.v16i29.9770

ANÁLISE do consumo alimentar pessoal no Brasil. Pesquisa de Orçamentos Familiares 2017-2018. Rio de Janeiro: IBGE, 2019.

ANÁLISE da segurança alimentar no Brasil. Pesquisa de Orçamentos Familiares 2017-2018. Rio de Janeiro: IBGE, 2020.

ANTIPON, L. C. O circuito inferior da economia urbana no centro de Campinas: a dimensão do comércio popular de alimentação. 2017. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Instituto de Geociências, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2017.

ANTIPON, L. C. Um estudo da história territorial de Campinas: a urbanização, a fome e a formação de um mercado de alimentação na cidade (1850-1908). Revista da Anpege, Cuiabá, v. 14, n. 23, p. 28-58, 2018. https://doi.org/10.5418/RA2018.1423.0002

ANTIPON, L. C. Direito ao território, direito à existência: a situação alimentar em São Luís (MA). Tese (Doutorado em Geografia). Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2024.

ANTIPON, L. C.; CATAIA, M. Mercado socialmente necessário e situação alimentar em Campinas: território, desigualdade e resistência. GEOUSP, São Paulo, v. 22, n. 3, p. 591-606, 2018. https://doi.org/10.11606/issn.2179-0892.geousp.2018.144085

ANTIPON, L. C.; CATAIA, M. Urbanization and hunger in Campinas (São Paulo, Brazil): from its inception to the popularization of the urban food context. Sociedade & Natureza, [*S. l.*], v. 31, 2019.

ANTIPON, L. C.; CATAIA, M. Direito ao território: comer e morar no centro histórico de São Luís (Brasil). Anais de Evento. XVII Encuentro de Geografías de América Latina – VII Congresso Nacional de Geografía de Universidades Públicas de la Republica Argentina. Universidad Nacional de Córdoba, Argentina, 2021. Disponível em: https://ffyh.unc.edu.ar/publicaciones/wp-content/uploads/sites/35/2022/12/EgalTomo5.pdf . Acesso em: 6 jun. 2026.

ANTUNES, M. O desmonte da Conab e a política agrícola suicida do governo Bolsonaro. Brasil de Fato, São Paulo, 16 set. 2020. Disponível em: https://www.brasildefato.com.br/2020/09/16/artigo-o-desmonte-da-conab-e-a-politica-agricola-suicida-do-governo-bolsonaro. Acesso em: 6 jun. 2026.

ARROYO, M. A economia invisível dos pequenos. Le Monde Diplomatique Brasil, São Paulo, n. 15, p. 30-31, 4 out. 2008.

BEZERRA, J. Geografia, comércio e consumo: os supermercados como tema geográfico. Revista Espaço e Geografia, Brasília, v. 23, n. 2, p. 143-161, 2022.

BLEDSOE, A.; McCREARY, T.; WRIGHT, W. Theorizing diverse economies in the context of racial capitalism. Geofurum, Amsterdam, v. 132, p. 281-290, 2019. https://doi.org/10.1016/j.geoforum.2019.07.004

BRASIL. Medida Provisória nº 870, de 1º de janeiro de 2019. Estabelece a organização básica dos órgãos da Presidência da República e dos Ministérios, e extingue o CONSEA. Diário Oficial da União, Brasília, 1º jan. 2019.

CASTRO, J. Geografia da fome: o dilema brasileiro: pão ou aço. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008 [1946].

CATAIA, M. Civilização na encruzilhada: globalização perversa, desigualdades socioespaciais e pandemia. Tamoios, São Gonçalo, ano 16, n. 1, p. 232-245, 2020. Edição Especial Covid-19. https://doi.org/10.12957/tamoios.2020.50742

CATAIA, M.; SILVA, S. C. Considerações sobre a teoria dos dois circuitos da economia urbana na atualidade. Boletim Campineiro de Geografia, Campinas, v. 3, n. 1, p. 55-75, 2013. https://doi.org/10.54446/bcg.v3i1.111

CERTEAU, M. A invenção do cotidiano: artes do fazer. Petrópolis: Vozes, 1998.

CONTEL, F. B. The Financialization of the Brazilian Territory: From Global Forces to Local Dynamisms. Cham: Springer, 2020.

CORONAVÍRUS: governo distribui 200 mil cestas básicas para trabalhadores informais do MA. G1, São Luís, 24 mar. 2020. Disponível em: https://g1.globo.com/ma/maranhao/noticia/2020/03/24/coronavirus-governo-distribui-200-mil-cestas-basicas-para-trabalhadores-informais-do-ma.ghtml. Acesso em: 6 jun. 2026.

DIEESE. Pesquisa Nacional da Cesta Básica de Alimentos: janeiro de 2026. São Paulo: DIEESE, 2026.

DIEESE. Pesquisa Nacional da Cesta Básica de Alimentos: tomada especial de preços de maio de 2020. São Paulo, 4 jun. 2020. Nota à imprensa.

FOOD DATA COLLECTION IN HOUSEHOLD CONSUMPTION AND EXPENDITURE SURVEYS. Guidelines for Low- and Middle-Income Countries. LSMS Guidebook Washington, D.C.: World Bank Group, 2019.

GATO, M. Espaço, cor e distinção social em São Luís (1850 – 1888). In: BARONE, Ana; RIOS, Flavia (org.). Negros nas cidades brasileiras (1890-1950). São Paulo: Intermeios-Fapesp, 2019. p.219-274.

GEERTZ, C. A interpretação das culturas. Rio de Janeiro: LTC, 2008.

GUIMARÃES, Antonio Sérgio Alfredo Modernidades negras: a formação racial brasileira (1930 – 1970). São Paulo: Editora 34, 2021.

GRUPO Mateus retoma expansão na capital maranhense com nova loja no bairro da Santa Clara. Grupo Mateus, [*S. l.*], 2023a. Disponível em: https://www.grupomateus.com.br/grupo-mateus-retoma-expansao-na-capital-maranhense-com-nova-loja-no-bairro-da-santa-clara/. Acesso em: 15 mar. 2024.

GRUPO Mateus se torna a terceira maior rede varejista do país. Grupo Mateus, [*S. l.*], 2023b. Acesso em: 20 mai. 2024.

IBGE. Síntese de indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira. Rio de Janeiro: IBGE, 2017.

IBGE. Censo Demográfico. Rio de Janeiro: IBGE, 2022.

IBGE. Pesquisa Nacional por Amostras de Domicílios Contínua – PNAD Contínua, 2025.

LEME, A. S.; RIBEIRO JUNIOR, J. R. S.; BLANCO, L. F.; ANTIPON, L. C. Fome e assistência alimentar na pandemia. São Paulo: Paulus; Sefras, 2022.

LOPES, H. S. M. Contribuições do PNAE e da logística dos pequenos no contexto alimentar da pandemia de Covid-19. Boletim de Políticas Públicas/OIPP, São Paulo, n. 12, p. 6-16, 2021.

MATTOS, A.; RAVAGNANI, A. Mateus lucra mais e tem recorde de aberturas no ano. Valor Econômico, São Paulo, 26 mar. 2021. Disponível em: https://valor.globo.com/empresas/noticia/2021/03/26/mateus-lucra-mais-e-tem-recorde-de-aberturas-no-ano.ghtml. Acesso em 6 jun. 2026.

MCGEE, T. The urbanization process in the Third World. London: Bell, 1971.

MONTENEGRO, M. R. Globalização, trabalho e pobreza no Brasil nas metrópoles brasileiras. São Paulo: Annablume, 2014.

MONTENEGRO, M. R. Empobrecimento, heterogeneidade e insurgências: transformações em curso no circuito inferior da economia urbana nas cidades brasileiras. Ikara – Revista de Geografias Iberoamericanas, Albacete, n. 2, p. 1-14, 2022. https://doi.org/10.18239/Ikara.3154

MONTENEGRO, M.; CONTEL, F. Financeirização do território e novos nexos entre pobreza e consumo na metrópole de São Paulo. EURE, Santiago, v. 43, n. 130, p. 115-139, 2017. http://dx.doi.org/10.4067/s0250-71612017000300115

NEIBURG, F. Os sentidos sociais da economia. In: DUARTE, Luiz Fernando Dias (org.). Horizontes das Ciências Sociais no Brasil. São Paulo: ANPOCS: Barcarolla: Discurso Editorial, 2010. p. 225 -258.

REDE PENSSAN. VIGISAN. Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil. 2021. Disponível em http://olheparaafome.com.br/. Acesso em: 10 jan. 2025.

REDE PENSSAN. VIGISAN. II Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil. 2022. Disponível em: http://olheparaafome.com.br/. Acesso em: 10 jan. 2025.

RIBEIRO, A. C. T. O desenvolvimento local e a arte de "resolver" a vida. Rio de Janeiro: UFRJ, 2004.

RIBEIRO, A. C. T. Território usado e humanismo concreto: o mercado socialmente necessário. In: SILVA, C. A. (org.). Formas em crise: utopias necessárias. Rio de Janeiro: Arquimedes, 2005. p. 93-111.

RIBEIRO FILHO, W. F. (ed.). Boletim de conjuntura do município de São Luís. São Luís: DIIE: Seplan, 2020. v. 1.

RIBEIRO JUNIOR, J. R. S. A fome como processo e a reprodução social capitalista. Boletim Paulista de Geografia, São Paulo, v. 1, n. 105, p. 15-39, 2021.

SANTOS, KL. Uma nova pobreza urbana: financeirização do consumo e novos espaços da periferia de São Paulo. São Paulo: Alameda, 2017.

SANTOS, KL. From a Greentech Special Economic Zone to Small Zinc-Walled Markets: The Circuits of the Urban Economy and Racial Capitalism in Atlantis, South Africa. Antipode, [*S. l.*], v. 58, p. 1, 2026. https://doi.org/10.1111/anti.70119

SANTOS, K. L.; ANTIPON, L. C. Feeding the enclave: special economic zones, street food vendors and the dynamics of urban economy in Tema, Ghana. Geoforum, v. 169, p. 104522, 2026.

SANTOS, M. O Centro da cidade de Salvador: estudo de geografia urbana. Salvador: Publicações da Universidade da Bahia, 1959.

SANTOS, M. Alimentation urbaine et planification régionale en pays sous-développé. Tiers-Monde, tome 10, n. 37, p. 95-114, 1969.

SANTOS, M. L'espace partagé: les deux circuits de l'economie urbaine des pays sous-développés. Paris: M. – Th. Génin, Librairies Techniques, 1975.

SANTOS, M. Sociedade e espaço: a formação socioespacial como teoria e como método. Boletim Paulista de Geografia, São Paulo, n. 54, p. 81-100, 1977.

SANTOS, M. Pobreza urbana. São Paulo: Edusp, 1978a.

SANTOS, M. Rêve et cauchemar: problèmes spatiaux de la transition au socialisme. Le cas de la Tanzanie. Tiers-Monde, Paris, v. 19, n. 75, p. 563-572, 1978b. https://doi.org/10.3406/tiers.1978.2816

SANTOS, M. O espaço dividido: os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos. 2. ed. São Paulo: Unesp, 1979.

SANTOS, M. A urbanização desigual: a especificidade do fenômeno urbano em países subdesenvolvidos. Petrópolis: Editora Vozes, 1980.

SANTOS, M. Manual de Geografia Urbana. São Paulo: Editora Hucitec, 1981.

SANTOS, M. Metrópole corporativa fragmentada: o caso de São Paulo. São Paulo: Hucitec, 1990.

SANTOS, M. A urbanização brasileira. São Paulo: Edusp, 1993.

SANTOS, M. Por uma economia política da cidade: o caso de São Paulo. São Paulo: Hucitec, 1994.

SANTOS, M. A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção. São Paulo: Hucitec, 1996.

SANTOS, M.; SILVEIRA, M. L. O Brasil: território e sociedade no início do século XXI. São Paulo: Record, 2001.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Segurança Alimentar: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios. Rio de Janeiro: IBGE, 2004.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Segurança Alimentar: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios. Rio de Janeiro: IBGE, 2010.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Segurança Alimentar: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios. Rio de Janeiro: IBGE, 2013.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Segurança Alimentar: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios. Rio de Janeiro: IBGE, 2023.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Segurança Alimentar: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios. Rio de Janeiro: IBGE, 2025.

SECRETARIA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO (SEPLAN). Imesc divulga valor da cesta básica em São Luís no mês de abril. São Luís, 2013.

SILVEIRA, M. L. São Paulo: os dinamismos da pobreza. In: CARLOS, A. F. A.; OLIVEIRA, A. U. (org.). Geografias de São Paulo: representação e crise da Metrópole. São Paulo: Contexto, 2004. p. 134-151.

SPÓSITO, E. S. A teoria dos dois circuitos da Economia Urbana. In: SPÓSITO, E. S.; CLAUDINO, G.S. (org.). Teorias na geografia III: mundos possíveis. Rio de Janeiro: Consequência, 2023. p. 441-458.

SPOSITO, M. E. B. O centro e as formas da centralidade urbana. Revista de Geografia, São Paulo, v. 10, n. 1, p. 1-18, 1991.

SPOSITO, M. E. B. Centros e centralidades no Brasil. In: FERNANDES, J. A. R.; SPOSITO, M. E. B. (org.). A nova vida do velho centro nas cidades portuguesas e brasileiras. Porto: CEGOT, 2013. p. 45-62.

SRNICEK, N. Platform capitalism. Cambridge: Polity Press, 2017.

TORRES, R. Ataque ao Guia Alimentar: Agricultura pressiona por mudanças. Outra Saúde, São Paulo, 17 set. 2020.

TOZI, F. O circuito inferior e as novas tecnologias de informação: o capitalismo de plataforma, apropriações, adaptações e limitações. In: BALBIM, R.; ARROYO, M.; SANTIAGO, C. (org.). Brasil popular, circuitos da economia urbana e políticas públicas. Brasília, DF: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), 2024. p. 161-193. https://doi.org/10.38116/9786556350738-c5

WELLE, A.; FURNO, J.; BASTOS, P. P. Z. O poder de compra do salário mínimo: dos governos Lula a Bolsonaro – Nota 18, outubro de 2022. Campinas: Centro de Estudos de Conjuntura e Política Econômica (CECON), Instituto de Economia/Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), 2022.

XAVIER, M. A. M. Modernização, expansão do consumo e pobreza urbana. In: SILVA, C. A.; CAMPOS, A. (org.). Metrópoles e invisibilidades: da política às lutas de sentidos da apropriação urbana. Rio de Janeiro: Lamparina, 2015. p. 13-25.

SOBRE A AUTORIA

Livia Cangiano Antipon

É pós-doutoranda da Universidade de São Paulo com financiamento da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Processo Fapesp n.: 2025/09094-5) e professora colaboradora do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Socioespacial e Regional (PPDSR) da Universidade Estadual do Maranhão (Brasil). Doutora em Geografia pela Universidade Estadual de Campinas (2024). Pesquisa fome, urbanização e economias populares no sul global desde 2009.
ORCID: https://orcid.org/0000-0003-2166-2663
E-mail: liviacangiano@gmail.com